águas do vouga

RELATÓRIO E CONTAS

2021

Março 2022

ÍNDICE

1. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES	3
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	6
4. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO	7
5. OBJECTIVOS ESTRATEGICOS	8
6. SINTESE DE ATIVIDADE EM 2021	10
7. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA	24
8. PERSPETIVAS PARA O FUTURO	28
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
10. OUTRAS INFORMAÇÕES	30
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	31
12. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 E RESPETIVO ANEXO	32

1 SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

Indicadores Financeiros

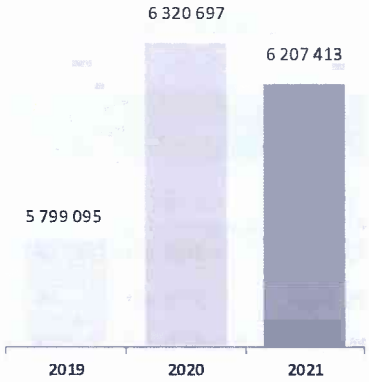
		2019	2020	2021
Capital Social	Eur	3 250 000	3 250 000	3 250 000
Capital Próprio	Eur	5 799 095	6 320 697	6 207 413
Ativo Líquido Total	Eur	15 705 800	14 810 975	8 582 277
Investimento	Eur	53 666	4 097	72 050
Volume de Negócios	Eur	6 740 530	6 977 443	7 137 760
EBITDA Ajustado (*Cash Flow* Operacional)	Eur	4 108 441	4 597 848	4 548 739
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	2 875 396	3 411 125	3 419 021
Resultados Antes de Impostos	Eur	2 478 882	3 186 902	3 015 942
Resultado Líquido do Exercício	Eur	1 921 453	2 420 697	2 307 413
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	33%	38%	37%
Rentabilidade do Ativo	%	12%	16%	27%
Autonomia Financeira	%	37%	43%	72%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	14	15	14

Indicadores de Atividade

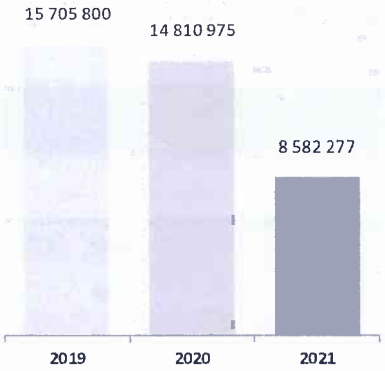
		2019	2020	2021
Nº de Clientes (i)	nº	1	1	1
Nº de Municípios Abastecidos	nº	9	9	9
Área Geográfica Abrangida	Km2	802	802	802
População Residente na Área Abrangida	nº	280 317	280 317	280 317
População Servida	nº	203 375	203 375	203 375
Volume de Água Produzida	(10^3 m3)	14 069	14 244	14 396
Volume de Água Fornecida	(10^3 m3)	14 056	14 239	14 333

(I) Associação de Municipios do Carvoeiro

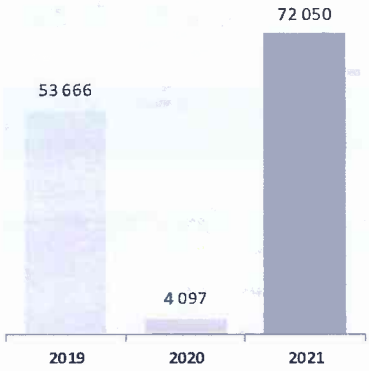
Capital Próprio (€)



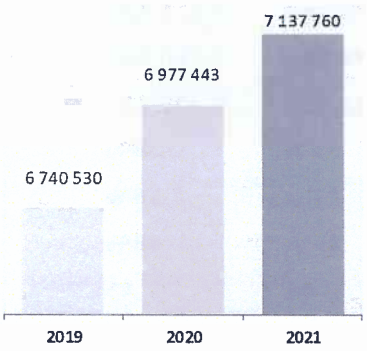
Ativo Líquido Total (€)



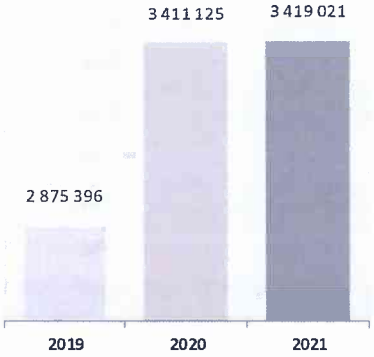
Investimento (€)



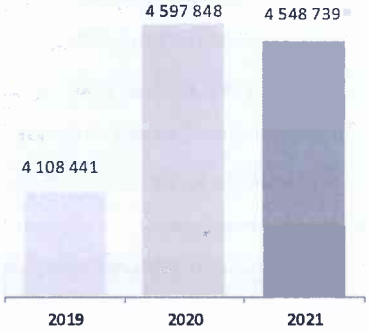
Volume de Negócios (€)



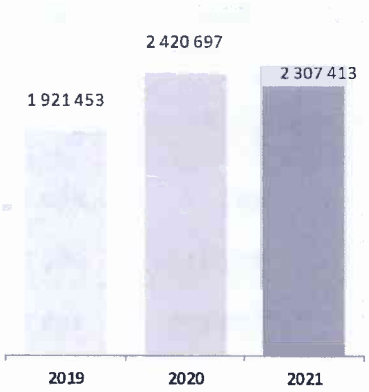
EBIT (Resultado Operacional) (€)



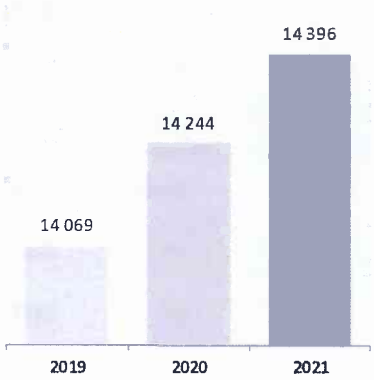
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



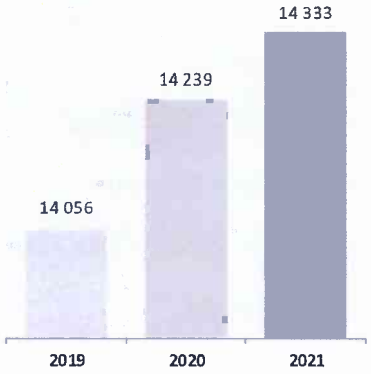
Resultado Líquido do Exercício (€)



Volume de Água Produzida (x1000 m3)



Volume de Água Fornecida (x1000 m3)



2 MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Águas do Vouga, constituída em abril de 1996, foi uma das primeiras concessões atribuídas em Portugal. E até hoje, é a única concessão "em alta" que foi objeto de um concurso público internacional.

Com a tarifa de venda de água aos municípios das mais baixas do País; com perdas de água anuais sistematicamente abaixo de 1%; com 100% para o indicadora água segura; com 7 prémios/selos de qualidade atribuídos; e historicamente com boa saúde económica e financeira, a empresa continua a apresentar uma boa performance.

Em 2021 a Águas do Vouga apresentou um resultado líquido positivo de € 2.307.413 que representa um decréscimo de -4.7% face ao ano anterior. Na vertente operacional, o EBIT ficou em linha 0,2% em relação ao ano anterior.

O desenvolvimento da implementação do plano de investimento e respetivas obras do SRC II, tendo por base o aditamento ao contrato e os seus pressupostos, levou a revisão do caso base adaptando-o à realidade do projeto, que se iniciou e negociou, mas que ainda não foi escriturado. A revisão do caso base, tem impacto no desempenho do exercício. Apesar de ainda não escriturado, desde 2016 que são aplicados os pressupostos do 2.º aditamento acordados com a Concedente.

O grande objetivo para 2022 será, como vem sendo histórico, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que seja solicitada ao sistema e o funcionamento em pleno do SRC II, como previsto e em segundo proceder a realização da escritura do 2.º aditamento.

A empresa está a fornecer água aos municípios de Aveiro, Águeda (totalidade), Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos, abrangendo uma população de 280.317 habitantes que terão garantias de um serviço exemplar e uma água de excelente qualidade até ao ano 2026.

O Presidente do Conselho de Administração

Fausto Manuel Melo de Oliveira

3 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

3.1. BREVE HISTORIAL

A Águas do Vouga, empresa constituída em abril de 1996, é Concessionária do Sistema Regional do Carvoeiro (SRC).

O SRC é pertença da AMC-V (Associação de Municípios do Carvoeiro - Vouga). atualmente composta pelos Municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro e Vagos.
O Contrato de Concessão foi assinado em 30 de maio de 1996 e iniciou-se a 01de outubro de 1996, em regime de exclusividade por 20 anos, para a exploração do sistema de captação, tratamento, elevação, transporte e armazenamento principal de água dos municípios pertencentes à AMC-V à data.

No âmbito do processo de ampliação do SRC, denominado SRC II, foi assinado o primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, em junho de 2012, prorrogando-o por mais dez anos, até 2026 e estendendo o SRC à totalidade do município de Águeda e aos novos municípios de Oliveira do Bairro e Vagos que integraram a Associação.
É ainda abastecida a freguesia de Válega, pertencente ao Município de Ovar.
Todos os sistemas de abastecimento destes municípios estão integrados na AdRA (Águas da Região de Aveiro), parceria entre o Estado, através da AdP e um conjunto de municípios pertencentes à CIRA (Comunidade Intermunicipal da Ria de Aveiro).

3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas do Vouga é uma empresa com um capital de 3.250.000 euros integralmente realizado e detido a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

- Mesa da Assembleia Geral:

Carlos Alberto da Silva Rodrigues – Presidente;
Cláudia Sofia Delicado Baleiras Dias Correia – Secretária.

- Conselho de Administração:

Eng. Fausto Manuel Melo de Oliveira, Presidente;
Dr. António Manuel Paredes Pereira da Cunha, Administrador;
Eng. Paulo Jorge Almeida Oliveira, Administrador

- Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Deloitte & Associados - SROC S.A., representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro
Suplente do Fiscal Único: João Carlos Henriques Gomes Ferreira

4 MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. MISSÃO

A Águas do Vouga tem como objetivo, no âmbito dos seus direitos e deveres contratuais, satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água, de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de

satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local, e assegurando a preservação do ambiente

4.2. VISÃO

A Águas do Vouga pretende ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço, dando continuidade à boa avaliação que tem sido obtida nos índices de desempenho.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3. VALORES

Com uma cultura própria, recebida da AQUAPOR, a Águas do Vouga tem sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos manter essa cultura através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

5 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O ano de 2021, foi mais um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade.
Continua por assinar o 2.º aditamento ao contrato de concessão, mas que também continua em prática, que é o grande objetivo específico da empresa.
A fiabilidade da quantidade e qualidade da água solicitada pela entidade gestora da baixa, completam os outros objetivos estratégicos da empresa.

6 SINTESE DE ATIVIDADE EM 2021

6.1 ENVOLVENTE EXTERIOR

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

GERAL

Em 2021, a atividade e o comércio mundial crescem 6,1% e 11,2% respetivamente, encontrando-se mais de 4% acima do nível de pré-pandemia. A rapidez e a sincronia da recuperação da procura global de bens criaram perturbações nos fornecimentos, evidenciados na escassez de matérias-primas e bens intermédios, nos prazos de entrega mais longos e nos custos de transporte. Os preços das matérias-primas aumentam de forma notória em 2021, após os níveis baixos atingidos no ano anterior.

Após um crescimento de cerca de 50% entre o final de 2020 e o final do primeiro semestre de 2021, o preço do petróleo estabiliza em torno dos 60 euros por barril, próximo do nível verificado em 2019.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2019	2020	2021
Euribor 1M	-0,40%	-0,50%	-0,56%
Euribor 3M	-0,35%	-0,42%	-0,55%
Euribor 6M	-0,30%	-0,34%	-0,52%
Euribor 12M	-0,21%	-0,30%	-0,49%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

Portugal

A economia portuguesa apresenta em 2021, um crescimento de 4,8%, para o qual contribuíram a melhoria da envolvente externa, o levantamento gradual das medidas restritivas de confinamento e os programas de estímulo económico, tanto a nível nacional como europeu.

O consumo privado cresceu em 5%, após registar uma redução de 7,1 % em 2020. Este aumento foi impulsionado pelo crescimento das despesas das famílias em bens duradouros e em bens correntes não alimentares e serviços.

As exportações, refletidas na procura externa dirigida à economia portuguesa aumenta 9,6% (-18,6% em 2020).

As importações de bens e serviços aumentaram 10,3 %, em linha com a evolução da procura global.

No mercado de trabalho, verifica-se uma redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia, registando a taxa de desemprego um aumento de 6,6 % (7 % em 2020).

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), regista um crescimento de 1,3%, após registar variação média nula em 2020.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 0,9%, (aumento de 1p.p. face ao ano de 2020).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2019	2020	2021
PIB	2,2%	-8,4%	4,8%
IPC	0,3%	0,0%	1,3%
IHPC	0,3%	-0,1%	0,9%
Desemprego	6,5%	7,0%	6,6%
Consumo Privado*	2,4%	-7,1%	5,0%
Consumo Público*	0,7%	0,4%	4,8%
Exportações*	3,5%	-18,6%	9,6%
Importações*	4,7%	-12,1%	10,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Nova Série - Base 2016)

* Dados Dezembro de 2021

6.2 ENQUADRAMENTO DO SETOR 2021

Em termos nacionais, inicia-se um novo ciclo de planeamento estratégico com o PENSAARP 2030 – Plano Estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais no horizonte temporal de 2021 a 2030. Este plano estratégico tem como objetivos globais a promoção da eficácia, eficiência e sustentabilidade dos serviços e a valorização do ambiente, da economia e da sociedade através dos mesmos serviços.

Portugal - Atividade do Setor

De acordo com o RASARP 2021, existem atualmente em Portugal 355 entidades gestoras, das quais 242 com atividade de abastecimento público de água, 239 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 258 com atividade na gestão de resíduos urbanos.
O setor é caraterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.
Segundo a ERSAR (RASARP, 2021), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.
No saneamento em "alta", o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	4	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	2	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
TOTAL	**17**	**12**	**23**

Fonte: ERSAR, RASARP, 2021

Na vertente da "baixa", existem em Portugal, 234 entidades no abastecimento de água e 227 no saneamento de águas residuais, repartidas por 7 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em "baixa", os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 2,7 milhões de habitantes e 159 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,2 milhões de habitantes e 20 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,1 milhões de

habitantes e 54 concelhos e as concessões municipais com cerca de 1,9 milhões de habitantes e 32 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em "baixa", os serviços municipais também têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,3 milhões de habitantes e 158 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados com 2,2 milhões de habitantes, em 19 concelhos, as empresas municipais ou intermunicipais, com 2,1 milhões de habitantes, em 55 concelhos, as concessões municipais com 1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos e as parcerias Estado/municípios com 0,8 milhões de habitantes distribuídos por 25 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	20
Concessões Municipais	27	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	3	3	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	26	26	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	18	17	8
Serviços Municipais	158	158	207
TOTAL	234	227	237

Fonte: ERSAR, RASARP, 2021

No que se refere à avaliação da qualidade de serviço, **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa", é atualmente considerada boa para o território continental (RASARP, 2021).

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	96%
Área predominantemente rural	94%

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	97%
Área mediamente urbana	86%
Área predominantemente rural	72%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2021

No que se refere aos restantes indicadores, sem prejuízo do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas entidades gestoras, o RASARP 2021 destaca como principais oportunidades de melhoria nos serviços em baixa:

Abastecimento de água- resposta a reclamações e sugestões, a adesão ao serviço e a reabilitação de condutas. Note-se que também a água não faturada ainda atinge um valor de 28,7%.
Saneamento de águas residuais - ocorrência de inundações, resposta a reclamações e sugestões, a adesão ao serviço, a reabilitação de coletores, controlo de descargas de emergência e cumprimento da licença de descarga.

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 27 concessões existentes, a Aquapor detém 10, representando 43,7 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

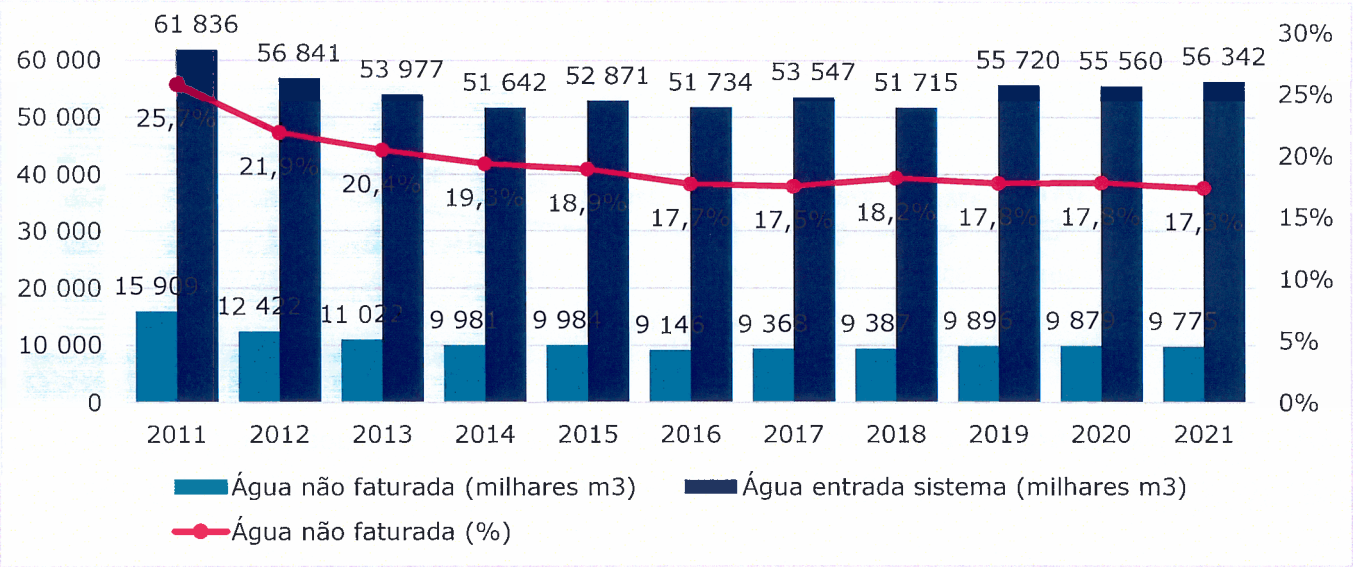
Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m^3)	Água não faturada (%)
GRUPO AQUAPOR	10	405	54 551	17,7
Concessões Municipais	27	928	106 199	17,9
País	234	5 622	824 465	28,7

Fonte: ERSAR, RASARP, 2021

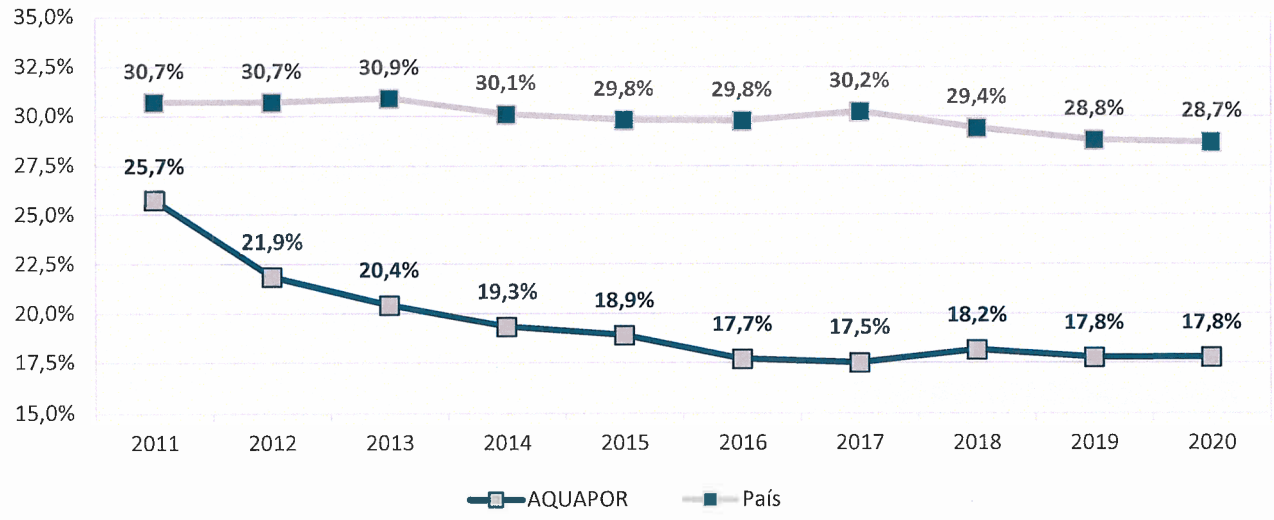
Quanto a água não faturada, segundo o RASARP 2021, a média continental foi de 28,7% referente ao ano de 2020, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 17,8 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2021, em que o nível de água não faturada foi de 17,3%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 560	56 342
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 879	9 775
Água não faturada (%)	25,7%	21,8%	20,4%	19,3%	18,9%	17,7%	17,5%	18,1%	17,8%	17,8%	17,3%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810	408 060

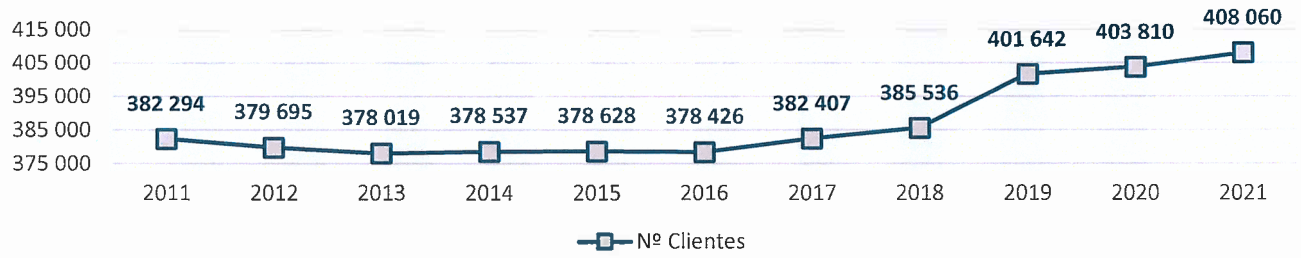
(*) Valores em milhares m³



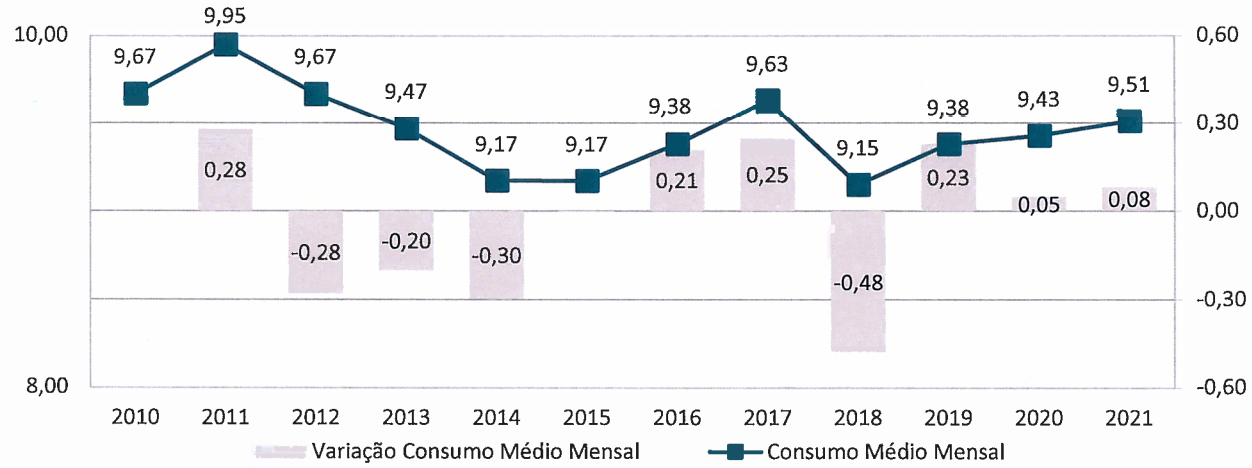
Comparando a evolução da água não faturada do Grupo AQUAPOR com a média do País dos últimos anos:



No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução do número de clientes registada nos últimos anos, sendo de notar o aumento significativo do ano de 2019 associado ao arranque da Águas de Vila Real de Santo António.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,08 m³/Cliente/mês, situando-se em 9,51 m³/Cliente/mês:



6.3 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa tinha 14 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

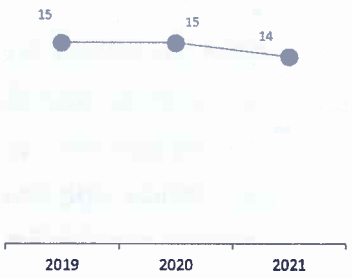
Colaboradores

	2019	2020	2021	Var. %
Contrato sem Termo	12	13	14	8%
Contrato Termo Certo	3	2	0	
Total	**15**	**15**	**14**	**-7%**

Saídas e Admissões

	2019	2020	2021	Var. %
Admissões	2	0	0	
Saídas	1	0	1	
Total	**1**	**0**	**(1)**	

Evolução nº Colaboradores



A empresa está em atividade desde 1996, com um pequeno quadro de pessoal e uma estrutura otimizada.

Manteve-se a Certificação de 3 técnicos de colheita de amostras de água.

Durante o exercício, foram asseguradas as condições de higiene e segurança no trabalho.

Manteve-se a prestação de serviços externos de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho.

REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne pelo menos uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador.

As regras definidas pela AQUAPOR, através de regulamento e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

6.4 PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2021

FACTOS RELEVANTES

A empresa Águas do Vouga é concessionária do SRC, que abastece em alta os sistemas em baixa de oito municípios, que são geridos pela AdRA, a que correspondem 280.000 habitantes, de acordo com o Aditamento ao Contrato assinado em junho de 2012.

Do ano de 2021, tendo sido um ano de continuidade no cumprimento do seu contrato de uma empresa que atingiu a estabilidade, registo para factos positivos e negativos com relevância.

O caudal fornecido e faturado, ficou em linha com o consumo previsto ligeiramente superior ao registado em 2020.

No que respeita ao Plano de Controlo de Qualidade de água (PCQA), cumpriu-se o plano aprovado pela ERSAR tanto em relação à frequência da amostragem como ao cumprimento do Valor Paramétrico.

No início do ano registou-se uma rotura na conduta que abastece Aveiro, Ílhavo, O. Do Bairro e Vagos, na conduta DN600, na Pateira da Semouqueira, sendo que até à sua resolução, esta área ficou a ser abastecida apenas pela conduta de redundância, DN 400, que implicou uma redução do caudal do SRC em cerca de 4.000 m3/dia. Esta ocorrência foi incluída nas fragilidades do sistema, por a conduta se encontrar em área inundada.

Continua por assinar com a concedente o 2.º aditamento ao contrato de concessão. Têm sido aplicados pressupostos (tarifa e renda) acordados com a Concedente, que terão de ser vertidos na minuta final.

Plano de Contingência face a Pandemia COVID19 continua ativado, por forma a garantir o fornecimento de água ao Sistema Regional do Carvoeiro. Tendo a 1ª versão deste Plano sido implementada em março de 2020, o mesmo tem evoluído conforme evolução da Pandemia, estando neste momento em vigor a 6ª versão do Plano. Neste plano estão definidos procedimentos de atuação, organização de trabalho e comunicação.

Não se registaram falhas de serviço (quantidade e qualidade de água), nem falhas de fornecedores, durante este período, pelo que podemos afirmar que a existência da Pandemia, até ao momento, não teve influência na qualidade do serviço prestado. No entanto, à data, não podemos aferir da globalidade da eficácia do Plano de Contingência, por não ter havido necessidade de ativar todas as fases do plano, por não se ter registado casos de COVID 19.

DESEMPENHO DA EMPRESA

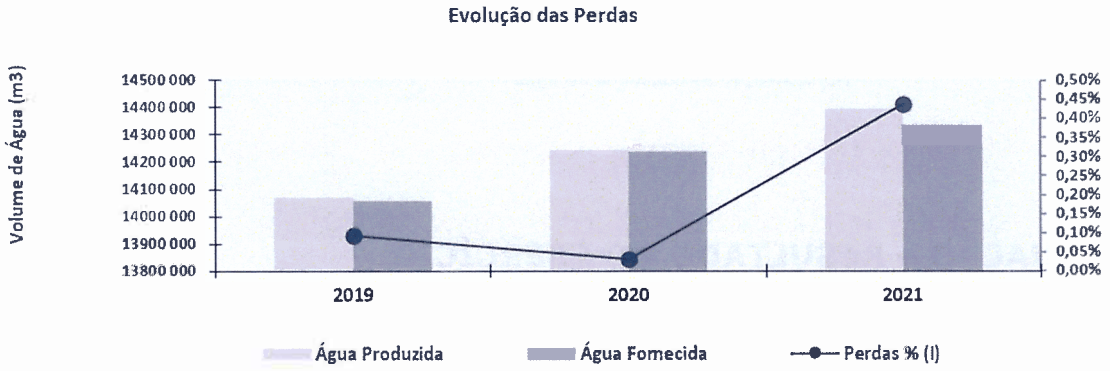
O volume de água vendida foi de 14 333 162m3 ligeiramente acima do consumo mínimo e em linha com o verificado no ano de 2020.

Volume de Água (m3)

	2019	2020	2021	Var. %
Água Produzida	14 068 633	14 243 693	14 396 132	1%
Água Fornecida	14 055 538	14 239 321	14 333 162	0,66%
Perdas % (I)	**0,09%**	**0,03%**	**0,44%**	**1325%**

(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

6.5 EXPLORAÇÃO DO SISTEMA



PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Para além das atividades normais num sistema de abastecimento de água com as características do das Águas do Vouga, foram implementadas as seguintes ações para a concretização dos objetivos definidos:

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DO SERVIÇO

Objetivos	Ações
Fiabilidade do sistema	Manutenção e continuidade de Sistema Integrado de Gestão que inclui Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, Plano de Segurança da Água e Gestão Patrimonial de Infraestruturas. Manutenção da Certificação de acordo com Norma ISO 9001 – Qualidade.
	Manutenção e conservação dos órgãos e equipamentos
	Campanha de limpeza do leito do rio na área das captações
	Implementação de redundância de comunicações
	Conclusão de implementação de SIG no Sistema Regional do Carvoeiro

ÁREA DE ATUAÇÃO – QUALIDADE DA ÁGUA

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Fornecer água com qualidade	Cumprido o plano de controlo analítico anual previsto
	Limpeza e desinfeção dos reservatórios
	Monitorização da qualidade da água

ÁREA DE ATUAÇÃO – RESULTADO DO EXERCÍCIO

ÁREA RESPONSÁVEL – EXPLORAÇÃO

Objetivos	Ações
Garantir a sustentabilidade económica	Rentabilizar a capacidade instalada e não aumentar a % perdas
Otimizar Custos	Aquisição de dados e informação que permita otimizar o funcionamento do sistema. Aumento da eficiência energética de instalações elevatórias
Caudal consumido a 100% do caudal previsto	Garantir continuamente o caudal solicitado, atuando preventivamente e de imediato em emergências
Aumento da receita	Fiabilidade e qualidade, para minimizar consumo de água de origens próprias

OPERAÇÃO DOS ATIVOS

O objetivo de assegurar a estabilidade funcional e operacional do sistema foi alcançado na sua totalidade.

Tendo como objetivo a reposição da capacidade produtiva face à disponibilidade hídrica do rio, foi necessário proceder a limpeza do leito do rio nos últimos meses do ano.

MANUTENÇÃO DO SISTEMA

Foram asseguradas as atividades de manutenção do sistema, nos seus diversos domínios.

SISTEMA DE CONTROLO DE QUALIDADE

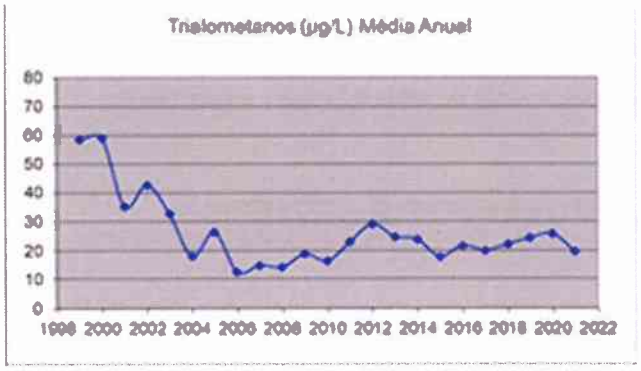
Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da qualidade da água, proposto e aprovado pela ERSAR para 2021. O PCQA de 2022, realizado segundo o Dec. Lei 306/2007, englobando as alterações previstas pelo DL 152/2017 e encontra-se aprovado pela ERSAR.

O Plano de Segurança da Água encontra-se implementado e aprovado.

Foram realizadas aproximadamente 3500 determinações a cerca de 70 parâmetros, no âmbito do Plano de Controlo de Qualidade do Sistema. Foi despendida a verba aproximada de 25 mEur., que engloba os custos do controlo do SRC e os custos das análises oferecidas aos municípios no âmbito do acordo inicial estabelecido.

Não se verificou qualquer incumprimento de qualidade de água.

O valor médio de trialometanos (19,6 µg/L) baixou ligeiramente em relação a 2020, com valores sempre abaixo do valor paramétrico (80 µg/L) e muito inferiores aos encontrados em anos anteriores.



ÁREA COMERCIAL

A atividade comercial, dadas as limitações contratuais e conjunturais, manteve-se na:

Fidelização do cliente, através da fiabilidade do SRC. Uma vez que a AdRA tem origens próprias, alternativas ao consumo de água oferecido pelo SRC, a concretização dos objetivos anuais, em termos de resultados do exercício, está fortemente condicionada à gestão de consumos que se verifiquem.

O Volume de Negócios realizado pela empresa em 2021 ascendeu a 7.137.760 euros repartidos da seguinte forma:

Vendas e Prestações de Serviços

	2019	2020	2021	Var. %
Venda de Água	6 734 739	6 972 103	7 137 574	2%
Prestação Serviços	5 791	5 340	185	-97%
Total de Volume de Negócios	**6 740 530**	**6 977 443**	**7 137 760**	**2%**

Nestas condições, e considerando o contexto em que este aditamento ao contrato de concessão se insere, a água vendida (faturada), ligeiramente acima do caudal mínimo.

	Volume Fornecido (m3)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)
2009	9.175.396	2.696.649	0,29
2010	9.303.897	2.835.935	0,30
2011	9.655.419	3.009.594	0,31
2012	9.523.241	3.056.008	0,32
2013	9.597.701	3.405.609	0,35
2014	8.691.889	3.409.082	0,39
2015	11.188.654	5.379.272	0,48
2016	14.439.700	6.111.163	0,42
2017	14.442.822	6.273.663	0,43
2018	14.025.982	6.344.957	0,45
2019	14.055.538	6.734.739	0,48
2020	14.239.321	6.972.103	0,49
2021	14.333.162	7.137.574	0,50
Variação 20/21	**0,66%**	**2,37%**	**1,70%**

Nota: Dos 14.333.162 m3 fornecidos em 2021, 210 714 m3 foram faturados a 0 € (1º escalão)

6.6 ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE

Os grandes objetivos previstos para 2021 foram, em primeiro lugar garantir a quantidade e qualidade da água, que fosse solicitada ao sistema, o que foi conseguido. Acrescem o continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada.

O consumo de água foi de 14 333 162m3, em linha com consumo previsto e ligeiramente acima do verificado no ano de 2020, não tendo havido falhas no abastecimento, nem incumprimentos de qualidade de água.

O sistema de gestão está globalmente concebido, implementado e mantido de acordo com os requisitos da Norma ISO 9001, e a Política de Qualidade manteve-se adequada.

A avaliação da satisfação do cliente, realizou-se através de:

Retorno de informação da Concedente e/ou das Entidades Gestoras em baixa (utilizadores);

Eficiência com que a Águas do Vouga atende os requisitos e expectativas do seu cliente, evidenciada pelo cumprimento do contrato de Concessão.

A não existência de reclamações, a relação de proximidade existente com a Concedente e o cumprimento do especificado no Contrato de Concessão, fazem prova da satisfação do Cliente.
Em 2021 foi reativado o processo de licenciamento dos RAC's da EE2 pela Associação, com pedido de aprovação da instalação. Aguarda-se deferimento, para continuação do processo.
Iniciado, pela Associação, processo de licenciamento de saturadores de ar para flotação. Aguarda-se aprovação.
Aguarda-se aprovação da proposta de Regulamento de Serviço, pela Concedente como previsto no Dec.Lei 194.
Em abril de 2021 foi realizada a Auditoria externa de renovação, tendo sido mantida a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a Norma ISO 9001.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A empresa instalou e implementou os sistema e procedimentos de funcionamento definidos na Aquapor.
Conclusão de implementação do SIG-AQUAPOR, por forma a melhorar o conhecimento infraestrutural do sistema. Continuação de introdução de informação e correções de cadastro, quando necessário.

RELAÇÕES COM A CONCEDENTE

As relações com o Concedente centraram-se na resolução de assuntos relacionadas com o Contrato de Concessão. O Plano de Contingência da Águas do Vouga encontra-se elaborado e aprovado, tendo sido inventariadas ações, conforme previsto no Contrato de Concessão, para aumento da resiliência do Sistema Regional do Carvoeiro.

CONTRATO DE CONCESSÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Em 2016 foram acordadas as bases do 2.º aditamento, que repõe o equilíbrio económico-financeiro da concessão, alterado em consequência da execução das obras do SRC II. A minuta e o EVEF foram enviados à ERSAR, que se pronunciou em outubro. O parecer da ERSAR, implicou rever alguns pressupostos do EVEF, nomeadamente o facto do atraso no cumprimento do plano de investimentos não poder ir à tarifa, mas ter de ter compensação direta da Concedente. O EVEF já foi revisto por 3 vezes, a última das quais em junho de 2020, mas a ERSAR continua a levantar questões. A resposta a este último parecer está

elaborado e aguarda acordo e envio por Parte da Concedente. O EVEF tem sido elaborado dentro dos pressupostos acordados em 2016: Manter a TIR do projeto e equilibrando-o, face à sequência do impacto dos eventos, com a dicotomia renda e tarifa. No plano real, tem sido praticado desde 2018, por acordo com a Concedente tarifário e renda do EVEF de 2018, em concreto: crescimento anual da tarifa de 2.48% e renda anual de 138.000 €. O EVEF final, irá implicar acertos dos valores da renda e tarifário aplicados desde 2016.

RELAÇÕES COM OUTROS INTERESSADOS NO DESEMPENHO DA SOCIEDADE

Por força da pandemia COVID 19, durante o ano de 2021 a realização de visitas ao Sistema Regional do Carvoeiro, esteve condicionada, tendo apenas sido realizada 1 visita técnica à ETA. Registo importante para a intervenção que a AMC-V e as Águas do Vouga têm na sociedade, numa perspetiva de aproximação e de dar a conhecer a atividade desenvolvida e de mostrar a sua importância para esta região.

7 ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

7.1 NOTA INTRODUTÓRIA

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Vouga, S.A., no exercício de 2021, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021.
A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

7.2 ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

Os resultados gerados pela Águas do Vouga registaram uma redução de 5% face ao ano anterior.

Demonstração dos Resultados

(em euros)

	2019	2020	2021	Var. %
Vendas	6 734 739	6 972 103	7 137 574	2%
Prestações de Serviços	5 791	5 340	185	-97%
Volume de Negócios	**6 740 530**	**6 977 443**	**7 137 760**	**2%**
CMVMC	14 914	15 816	21 134	34%
Fornecimentos e Serviços Externos	2 083 748	1 841 831	2 070 703	12%
Gastos com o Pessoal	447 895	437 857	447 044	2%
Outros Resultados Operacionais	(204 503)	(149 631)	(44 416)	70%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	**3 989 470**	**4 532 308**	**4 554 462**	**0,5%**
Amortizações	1 114 074	1 121 183	1 135 441	1%
Resultado operacional (RO)	**2 875 396**	**3 411 125**	**3 419 021**	**0,2%**
Resultados Financeiros	(396 514)	(224 223)	(403 078)	-80%
Resultados Antes de Impostos	**2 478 882**	**3 186 902**	**3 015 942**	**-5%**
Imposto Sobre o Rendimento	557 429	766 205	708 529	-8%
Resultado Líquido do Exercício	**1 921 453**	**2 420 697**	**2 307 413**	**-5%**

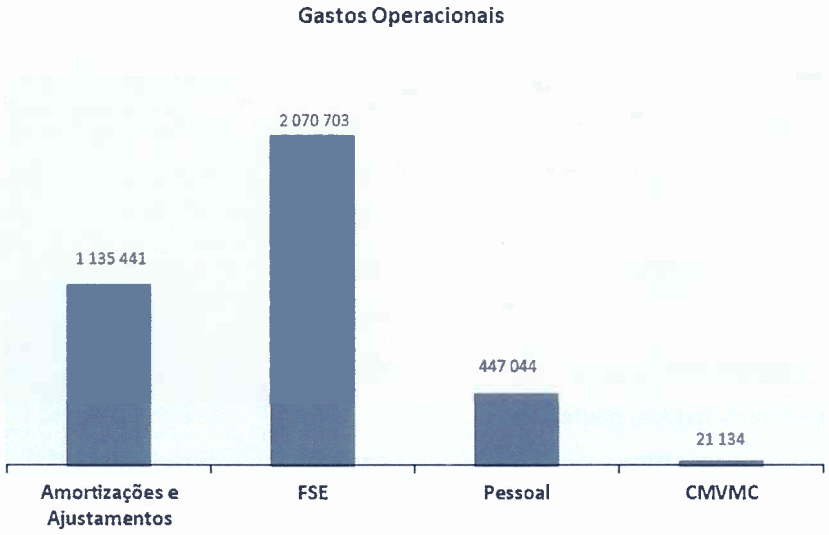
O EBITDA ajustado reduziu 1.1%, por via do aumento dos fornecimentos de serviços externos superior ao aumento do volume de negócios.

O EBIT manteve-se com uma variação positiva de 0.2%.

O Resultado Operacional por m3 de água vendida reduziu 0.4%.

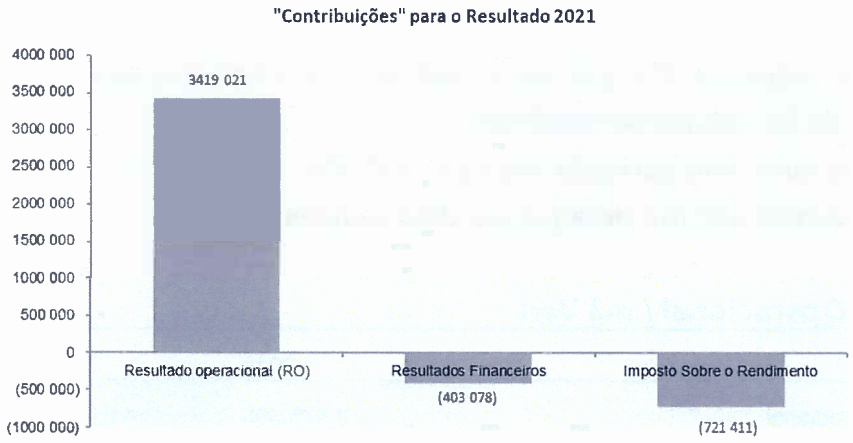
Resultado Operacional / m3 Ven

	2019	2020	2021
Resultado Operacional	2 875 396	3 411 125	3 419 021
M3 vendidos	14 055 538	14 239 321	14 333 162
Resultado Operacional / m3 Ven	**0,205**	**0,240**	**0,239**



As amortizações aumentaram 14.258 euros comparativamente com o ano de 2020 como consequência do investimento feito em 2021 em equipamento básico.

O Resultado financeiro apresenta um agravamento de 80%, pelo aumento de comissões bancárias.

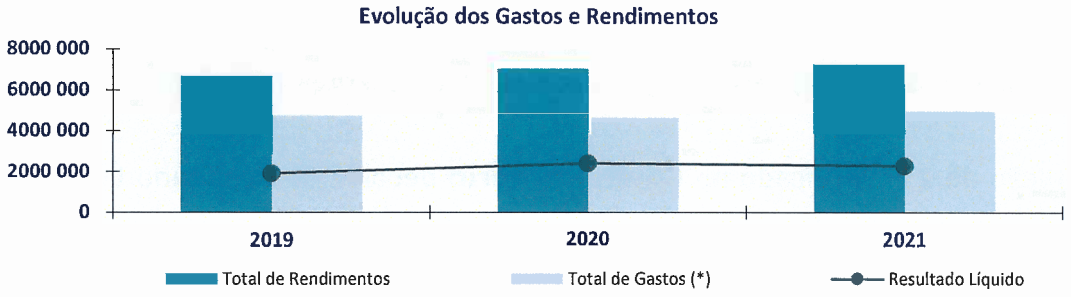


Rendimentos e Gastos

(em euros)

	2019	2020	2021	Var. %
Total de Rendimentos	6 646 602	7 028 850	7 236 495	3,0%
Total de Gastos (*)	4 725 149	4 608 153	4 929 082	7%
Resultado Líquido	**1 921 453**	**2 420 697**	**2 307 413**	**-5%**

(*) Inclui o Imposto sobre o Rendimento



7.3 ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço *(em euros)*

	2019	2020	2021	Var. %
Ativo				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	7 761 941	6 644 855	5 581 464	-16%
Outros	29 582	46 004	46 311	1%
Total dos Ativos não Correntes	**7 791 523**	**6 690 859**	**5 627 775**	**-16%**
Contas a Receber	1 919 801	3 803 594	135 909	-96%
Caixa e Depósitos Bancários	5 829 285	4 164 075	2 707 704	-35%
Outros	165 192	152 449	110 889	-27%
Total dos Ativos Correntes	**7 914 278**	**8 120 117**	**2 954 503**	**-64%**
Total do Ativo	**15 705 800**	**14 810 975**	**8 582 277**	**-42%**
Capital Próprio e Passivo				
Capital Próprio	**5 799 095**	**6 320 697**	**6 207 413**	**-2%**
Dívidas a Pagar	677 209	600 512	462 512	-23%
Financiamentos Obtidos	6 750 000	4 250 000	0	-100%
Outros	191 289	258 566	250 043	-3%
Total dos Passivos não Correntes	**7 618 497**	**5 109 078**	**712 555**	**-86%**
Dívidas a Pagar	1 542 023	1 649 894	1 662 310	1%
Financiamentos Obtidos	746 186	1 731 307	0	
Total dos Passivos Correntes	**2 288 209**	**3 381 201**	**1 662 310**	**-51%**
Total do Passivo	**9 906 706**	**8 490 279**	**2 374 865**	**-72%**
Total do Capital Próprio e do Passivo	**15 705 800**	**14 810 975**	**8 582 278**	**-42%**

O Total do Ativo Líquido atingiu, no final de 2021 os 8.58 milhões de euros, valor inferior em 42% face ao registado no final de 2020.

O **Ativo não Corrente** decresceu 1.06 milhões de euros com o impacto mais significativos da amortização dos ativos intangíveis.

O **Ativo Corrente** apresenta uma redução de 5.165.614 euros por via de: (i) pagamento da dívida acionista em 2 milhões de euros, (ii) redução dos valores de depósitos bancários num total de 1.4 milhões de euros, (iii) redução da rubrica de clientes num total de 1.7 milhões de euros.

Uma diminuição de 2% verificado no **Capital Próprio** decorre do Resultado Líquido registado no exercício.

O total do **Passivo** diminuiu 6.1 milhões de euros por via de: (i) amortização de financiamento corrente e não corrente em 6 milhões de euros.

7.4 INDICADORES

A rentabilidade dos capitais próprios reduz 0,03 p.p. como consequência da incorporação do resultado líquido de 2021.

A rentabilidade do ativo atinge os 26.74% por uma conjugação de dois fatores: total do ativo decresce 6.228 milhares de euros e o resultado reduz 126 milhares de euros.

Indicadores *(em euros)*

	2019	2020	2021	Var. %
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	33,13%	38,30%	37,04%	(0,03 p.p.)
Rentabilidade do Ativo (%)	12,23%	16,34%	26,74%	0,64 p.p.
Autonomia Financeira (%)	36,92%	42,68%	72,18%	0,69 p.p.
Solvabilidade (%)	58,54%	74,45%	259,43%	2,48 p.p.

8 PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Prevê-se que no ano de 2022, seja um ano de continuidade, numa empresa que atingiu a maturidade e terá como perspetiva a assinatura do 2.º aditamento.

Resumidamente, o orçamento para 2022, tem como grandes objetivos, na sua continuidade:

1. Continuar a prestar um serviço de Qualidade, com satisfação dos clientes, otimizando a exploração e a capacidade instalada
2. Continuar a fornecer água de Qualidade
3. Aumentar resiliência do Sistema às adversidades climáticas e operacionais.

4. Continuar com funcionamento em pleno do SRC II e adquirir dados e informação que permita otimizar o seu funcionamento
5. Obter um Bom resultado do exercício

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2020, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

1. A Entidade Concedente, a AMC-V, na pessoa do seu Presidente, Eng.º Joaquim Baptista e do Secretário-Geral, Eng. José António Pinho Laranjeira;

2. Aos membros do Conselho Diretivo e Assembleia Geral da Concedente.

3. O acionista, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;

4. Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos em particular, pelo relacionamento mantido na resolução dos assuntos compreendidos nas suas áreas de competência;

5. O BES (agora Novo Banco), banco financiador do empréstimo contraído para o pagamento das rendas à Entidade Concedente;

6. Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

7. Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;

8. O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;

9. Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;

10. Os Colaboradores da Águas do Vouga, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

10 OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

1. Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2021 para além da informação divulgada na Nota dos Acontecimentos Após a Data do Balanço, no Anexo às Demonstrações Financeiras;
2. Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
3. Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2021;
4. A sociedade não tem sucursais.

11 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 2.307.413 euros, tenha a seguinte distribuição:

A importância sobrante, no valor de 2.307.413 euros para distribuição de dividendos.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fausto Manuel Melo de Oliveira

António Manuel Paredes Pereira da Cunha

Paulo Jorge Almeida Oliveira

Albergaria - a - Velha, 24 de maio de 2022

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Vouga, S.A.
BALANÇO
em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	Notas	31/12/2021	Quantias em Euros 31/12/2020
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	8	120 495	75 922
Ativos Intangíveis	7	5 460 969	6 568 933
Outros Investimentos Financeiros		2 227	1 753
Ativos por Impostos Diferidos	12	44 084	44 251
		5 627 775	6 690 859
Ativo Corrente			
Inventários	9	110 889	102 358
Clientes	13.1	64 212	1 765 277
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	71 295	30 005
Outros Créditos a Receber	13.2	402	2 008 312
Diferimentos	15.9	-	50 091
Caixa e Depósitos Bancários	4	2 707 704	4 164 075
		2 954 503	8 120 117
Total do Ativo		8 582 278	14 810 976
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital Subscrito	13.4	3 250 000	3 250 000
Reservas Legais	15.2	650 000	650 000
Resultados Líquidos do Período	15.2	2 307 413	2 420 697
Total do Capital Próprio		6 207 413	6 320 697
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	11	250 043	258 566
Financiamentos Obtidos	13.6	-	4 250 000
Outras Dividas a Pagar	13.3	462 512	600 512
		712 555	5 109 078
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	391 576	327 372
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	12 136	792 700
Financiamentos Obtidos	13.6	-	1 731 307
Outras Dividas a Pagar	13.3	1 258 598	529 821
		1 662 310	3 381 201
Total do Passivo		2 374 865	8 490 279
Total do Capital Próprio e Passivo		8 582 278	14 810 976

Conselho de Administração

Contabilista certificado

Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Quantias em Euros

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e Serviços Prestados	10	7 137 760	6 977 443
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(21 134)	(15 816)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(2 070 703)	(1 841 831)
Gastos com o Pessoal	14	(447 044)	(437 857)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	5 723	(65 540)
Outros Rendimentos	15.4	66 159	6 010
Outros Gastos	15.5	(116 298)	(90 101)
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		4 554 462	4 532 308
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(1 135 441)	(1 121 183)
Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)		3 419 021	3 411 125
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	26 853	34 723
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(429 932)	(258 947)
Resultado antes de Impostos		3 015 942	3 186 902
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(708 529)	(766 205)
Resultado Líquido do Período		2 307 413	2 420 697

Conselho de Administração

Contabilista certificado

Águas do Vouga, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Quantias em Euros

		Capital Realizado	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	**1**	**3 250 000**	**627 642**	- -	**1 921 453**	**5 799 095**
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						-
Constituição da Reserva Legal		-	22 358	-	(22 358)	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	1 899 095	(1 899 095)	-
	2	-	22 358	1 899 095	(1 921 453)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
	3	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**4**				2 420 697	2 420 697
RESULTADO INTEGRAL	**5=3+4**				2 420 697	2 420 697
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuições		-	-	(1 899 095)	-	(1 899 095)
	6	-	-	(1 899 095)	-	(1 899 095)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	**7=1+2+3+4 +6**	**3 250 000**	**650 000**	(0)	**2 420 697**	**6 320 697**
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	**7**	**3 250 000**	**650 000**	**(0)**	**2 420 697**	**6 320 697**
APLICAÇÃO DE RESULTADOS						
Constituição da Reserva Legal		-	-	-	-	-
Transferência de Resultados do exercício para Resultados Transitados		-	-	2 420 697	(2 420 697)	-
	8	-	-	2 420 697	(2 420 697)	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						-
	9	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**10**				2 307 413	2 307 413
RESULTADO INTEGRAL	**11=9+10**				2 307 413	2 307 413
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Distribuições		-	-	(2 420 697)	-	(2 420 697)
	12	-	-	(2 420 697)	-	(2 420 697)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	**13=7+8+9+ 10+12**	**3 250 000**	**650 000**	**(0)**	**2 307 413**	**6 207 413**

Conselho de Administração

Contabilista certificado

águas do vouga

Águas do Vouga, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Quantias em Euros

		31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		9 077 636	6 296 035
Pagamentos a Fornecedores		(2 489 358)	(1 327 181)
Pagamentos ao Pessoal		(327 361)	(374 620)
Caixa gerada pelas operações		6 260 917	4 594 233
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(856 582)	(524 422)
Outros recebimentos / pagamentos		(277 888)	(226 100)
Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)		**5 126 447**	**3 843 711**
Fluxo de caixa das Atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Investimentos Financeiros		-	(2 000 000)
			(2 000 000)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	-
Juros e rendimentos similares		7 540	3 572
		7 540	**3 572**
Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)		**7 540**	**(1 996 428)**
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13.6	(6 000 000)	(1 500 000)
Juros e gastos similares		(169 660)	(113 399)
Dividendos		**(420 697)**	(1 899 095)
		(6 590 357)	**(3 512 494)**
Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)		**(6 590 357)**	**(3 512 494)**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**(1 456 370)**	**(1 665 211)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	4 164 075	5 829 285
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**4**	2 707 704	4 164 075

Conselho de Administração

Contabilista certificado

ANEXO
(Quantias estão expressas em Euros
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Águas do Vouga, Exploração e Gestão do Sistema Regional do Carvoeiro, S.A. é uma sociedade anónima, constituída a 16 de abril de 1996 e tem como objeto social a exploração, em regime de concessão, do sistema de captação, tratamento, elevação e armazenamento principal de água do Sistema Regional do Carvoeiro pertença da Associação de Municípios do Carvoeiro, composta pelos municípios de Aveiro, Águeda, Albergaria-a-Velha, Estarreja, Ílhavo, Murtosa e Válega (Ovar).
A empresa tem a sua sede na Estrada Nacional n.º 1, Feira Nova, Albergaria-a-Velha, Portugal.
A Águas do Vouga é detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A., que tem a sua sede em Lisboa.

ATIVIDADE CONCESSIONADA

Em 30 de maio de 1996 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Associação Município do Carvoeiro e a Águas do Vouga, S.A., pelo prazo de 20 anos e mediante uma renda total de 9.975.958 Euros.
O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 30 de julho de 1996. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Vouga.
No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.
No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa.

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão o valor anual de 249.399 euros, sendo que no ato da assinatura do contrato a concessionária pagou à concedente 50% da totalidade das rendas devidas até ao final do prazo contratual. A renda devida pela concessionária poderá ser revista se se verificar uma alteração superior a 24%, para mais ou para menos dos caudais mensais médios, em relação aos valores previstos.

Em 20 de junho de 2012 foi celebrada a adenda ao Contrato de Concessão inicial, em que se estabelece o aumento em 10 anos do prazo de vigência do contrato até outubro de 2026. Mediante esta alteração foram substituídas as rendas vincendas de 2013 a 2016 (contrato anterior) por uma renda total de 16.825.000 Euros. Contudo, é de referir que o impacto contabilístico decorrente desta adenda, apenas produziu efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

No ano de 2016 foi assinado com a concedente uma minuta do 2º aditamento, que tem como impactos mais significativos a adaptação do tarifário e retribuição a pagar à concedente.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2021 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da

demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

É de referir ainda que o Conselho de Administração tem vindo a acompanhar os efeitos da pandemia causada pelo surto pandémico do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), que veio alterar a vida a milhões de pessoas, e impactar o mercado global. Embora a Sociedade tenha sentido os efeitos desta pandemia, estes não tiveram impactos materiais.

Em resultado da avaliação efetuada, e tendo por base a informação disponível na presente data (Nota 17) o Conselho de Administração concluiu manter-se válido o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

3.2 POLÍTICAS CONTABILISTICAS

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos

Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível. Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

(A) ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de depreciação estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2021	2020
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.
Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são depreciados no período de vida útil dos bens a que respeitam.
Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.
Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.
Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.
Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

IMPARIDADE

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.
Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;

- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera -se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

(B) ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os Intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).
Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.
As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2021	2020
Direitos de Concessão	16,90%	16,95%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	16,90%	16,95%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.
Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.
Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

(B.1)DIREITOS DE CONCESSÃO RELACIONADOS COM A ATIVIDADE CONCESSIONADA

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.
As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

(C) ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDO E IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

(C.1)ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e

Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

(C.2)IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada de 22,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima deste montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

A Empresa está sujeita, desde 2009, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial com base na sua situação fiscal individual e imputado à sociedade dominante. Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos de consolidação fiscal são da responsabilidade da empresa dominante.

(D) INVENTÁRIOS

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

(*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(E) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

A Empresa não tem registado à data de 31 de dezembro de 2021 quaisquer ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor.

(E1) AO CUSTO AMORTIZADO

São mensurados "ao custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

(i) **Clientes e outros créditos a receber**

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

(i) **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

(i) **Fornecedores e outras dívidas a pagar**

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(E2) AO JUSTO VALOR COM AS ALTERAÇÕES RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor" com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

(E3) IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica

"Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(E4) DESRECONHECIMENTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(F) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

(G) DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

(H) RUBRICAS DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

(H.1) CAPITAL REALIZADO

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

(H.2) RESERVAS LEGAIS

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

(H.3) RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas.

(I) PROVISÕES

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

(I.1) PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS DE SUBSTITUIÇÃO

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.

(J) FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado em Outros Passivos Financeiros.

(L) EFEITO DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

(M) RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui imposto sobre o Valor Acrescentado e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;

É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;

A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e

Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

(N) GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

(N.1) FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica "Outras Dívidas a Pagar".

(N.2) BENEFÍCIOS DE CESSAÇÃO DE EMPREGO

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

(O) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(P) EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.2 JUÍZOS DE VALOR

(A) VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

(B) IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

3.3 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

(A) IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

(B) IMPARIDADE DAS CONTAS A RECEBER

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(C) PROVISÕES

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos

pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2021 e 2020 tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Caixa	-	500
Depósitos à Ordem	2 707 704	282 575
Outros Depósitos Bancários	-	3 881 000
	2 707 704	**4 164 075**

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

No corrente exercício não foram efetuadas quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas, assim como não foram igualmente detetados quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
Aquapor Serviços	Gestão de Participações	Lisboa
Luságua Serviços Ambientais	Tratamento de Águas Residuais	Prestação de Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Vouga, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

	Natureza do Relacionamento	
Parte relacionada	Serviços que a Águas do Vouga presta / Transações que fez	Serviços que a Águas do Vouga recebe / Transações que recebe
Aquapor Serviços	Juros de empréstimos contratos mútuos.	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos.
Luságua Serviços Ambientais	Refaturação de custos vários (portagens, combustível)	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
Aquapor Serviços	2021	11 778	380 519	0	751 744	0
	2020	167	373 452	167	101 185	2 000 000
Luságua Serviços Ambientais	2021	4 938	86 688	327	24 632	0
	2020	4 965	87 768	1 155	27 933	0

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2021	2020
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	118 492	118 478
Total de remunerações	**118 492**	**118 478**

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Custo:				
1 de janeiro de 2020	**23 048 454**	**63 410**	**383 323**	**23 495 186**
Aumentos	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	**23 048 454**	**63 410**	**383 323**	**23 495 186**
Aquisições	2 325	-	-	2 325
Abates	-	-	-	-
31 de dezembro de 2021	**23 050 779**	**63 410**	**383 323**	**23 497 512**

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Total Ativos Intangíveis
Amortizações e Imparidade:				
1 de janeiro de 2020	**15 518 374**	**63 410**	**238 711**	**15 820 495**
Amortizações	1 084 923	0	20 835	1 105 758
31 de dezembro de 2020	**16 603 297**	**63 410**	**259 546**	**16 926 253**
Amortizações (Nota 15.6)	1 089 369	-	20 920	1 110 289
31 de dezembro de 2021	**17 692 666**	**63 410**	**280 467**	**18 036 542**
Valor líquido contabilístico:				
A 31 de dezembro de 2021	**5 358 113**	**-**	**102 856**	**5 460 969**
A 31 de dezembro de 2020	**6 445 157**	**-**	**123 777**	**6 568 933**
A 1 de janeiro de 2020	**7 530 079**	**-**	**144 612**	**7 674 691**

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Custo:						
1 de janeiro de 2020	**3 878**	**174 778**	**10 499**	**102 831**	**75 700**	**367 686**
Aumentos	-	4 097	-			4 097
31 de dezembro de 2020	**3 878**	**178 875**	**10 499**	**102 831**	**75 700**	**371 783**
Aumentos	4 800	63 869	-	-	1 056	69 725
31 de dezembro de 2021	**8 678**	**242 744**	**10 499**	**102 831**	**76 756**	**441 508**

	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
Amortizações e Imparidade:						
1 de janeiro de 2020	**3 546**	**95 308**	**9 136**	**98 532**	**73 914**	**280 436**
Amortizações	22	12 148	531	2 015	709	15 425
31 de dezembro de 2020	**3 568**	**107 456**	**9 667**	**100 547**	**74 623**	**295 861**
Amortizações	115	22 928	387	1 198	525	25 152
31 de dezembro de 2021	**3 683**	**130 384**	**10 054**	**101 745**	**75 148**	**321 013**
Valor líquido contabilístico:						
A 31 de dezembro de 2021	**4 996**	**112 361**	**445**	**1 086**	**1 608**	**120 495**
A 31 de dezembro de 2020	**310**	**71 419**	**832**	**2 284**	**1 077**	**75 922**
A 1 de janeiro de 2020	**332**	**79 470**	**1 363**	**4 299**	**1 786**	**87 250**

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2020	2020
Contratos de aluguer de viaturas	33 559	30 583
	33 559	**30 583**

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2021	2020
	Valor Presente	**Valor Presente**
Não mais de um ano	14 048	20 804
Mais de um ano	19 511	9 779
Total dos Pagamentos	**33 559**	**30 583**

9. INVENTÁRIOS

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2021	2020
Matérias primas, Subs. e de Consumo	110 889	102 358
	110 889	**102 358**

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2020	101 662	101 662
Compras	16 512	16 512
Imparidades	-	-
Regularização de inventários	-	-
Existências em 31 de dezembro de 2020	(102 358)	(102 358)
	15 816	**15 816**
Existências em 1 de janeiro de 2021	102 358	102 358
Compras	29 666	29 666
Imparidades	-	-
Regularização de inventários	-	-
Existências em 31 de dezembro de 2021	(110 889)	(110 889)
	21 134	**21 134**

10. RÉDITO

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2021	2020
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios - Água	7 137 574	6 972 103
	7 137 574	**6 972 103**
Prestações de Serviços		
Serviços - Outros	185	5 340
	185	**5 340**
	7 137 760	**6 977 443**

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

11. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de janeiro de 2020	65 366	125 922	191 288
Reversões do ano	(10 673)	-	(10 673)
Aumentos do ano	-	76 213	76 213
Ajustamento	1 738	-	1 738
A 31 de dezembro de 2020	**56 431**	**202 135**	**258 566**
A 1 de janeiro de 2021	56 431	202 135	258 566
Reversões do ano	(5 723)	-	(5 723)
Ajustamento	(2 800)	-	(2 800)
A 31 de dezembro de 2021	**47 907**	**202 135**	**250 042**

12. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Gasto por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2021	2020
Imposto Corrente		
IRC do ano	708 363	782 123
	708 363	**782 123**
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias		
Outros movimentos	166	(15 918)
	166	**(15 918)**
	708 529	**766 205**

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2021	2020	2021	2020
Resultado antes de Impostos	3 015 942	3 186 902		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,0%	21,0%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	633 348	669 249	21,00%	21,00%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	5 723	8 831		
Benefícios fiscais	2 541	-		
	8 264	8 831	(5,56%)	(5,56%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Multas, coimas e juros compensatórios	665	1		
Provisões para além limites legais	7 359	83 438		
	8 023	83 439	(5,56%)	(6,05%)
Lucro tributável	3 015 701	3 261 509		
Taxa de Imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	633 297	684 917	21,00%	21,49%
Tributação autónoma	6 391	5 223	0,21%	0,16%
Derrama	36 188	39 138	1,20%	1,23%
Derrama Estadual	45 471	52 845	1,51%	1,66%
Outros	(12 985)	-	(0,43%)	0,00%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	166	(15 918)	0,01%	(0,50%)
	75 232	81 288	2,49%	2,55%
Imposto sobre o rendimento	708 529	766 205	23,49%	24,04%

Os ativos impostos diferidos reconhecidos no balanço detalham-se da seguinte forma:

	Contas Balanço	
	2021	2020
Impostos Diferidos Ativos		
Outras		
Provisões não aceites fiscalmente	44 084	44 251
	44 084	44 251

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos	2021	2020
Corrente		
Clientes		
Valor Bruto	64 774	1 765 838
Imparidade	(562)	(562)
	64 212	1 765 277
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Outros créditos a receber	402	2 008 312
	64 615	3 773 589

Instrumentos Financeiros Passivos	2021	2020
Não corrente		
Financiamentos obtidos	-	4 250 000
Outras contas a pagar	462 512	600 512
	462 512	**4 850 512**
Corrente		
Fornecedores		
Nacionais	291 832	224 561
Países Comunitários	-	600
Outras partes relacionadas (Nota 6)	99 744	102 211
	391 576	**327 372**
Financiamentos obtidos	-	1 731 307
Outras dividas a pagar	1 258 598	529 821
	1 258 598	**2 261 128**

No final do ano de 2021 a empresa procedeu à liquidação do remanescente do financiamento bancário que se encontrava em dívida perante o Novo Banco.

Instrumentos de Capital	2021	2020
Capital	3 250 000	3 250 000
	3 250 000	**3 250 000**

Todos os ativos financeiros estão mensurados pelo custo menos imparidade.

13.1 CLIENTES

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			<30 Dias	31-60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	> 121 Dias
Ano 2021	64 774	327	-	-	-	-	64 447
Ano 2020	1 765 838	1 701 171	-	-	-	-	64 667

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2021					
Clientes	562	-			562
	562	-	-	-	562
Exercício de 2020					
Clientes	562	-	-	-	562
	562	-	-	-	562

13.2 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros Depósitos	-	8 312
Outros devedores		
Acionistas/Sócios	-	2 000 000
Outros	402	-
	402	2 008 312

O saldo da rubrica de acionistas no ano de 2020 era referente a um contrato de mútuo entre a Aquapor Serviços e a Águas do Vouga, o qual foi compensado do ano de 2021 através da distribuição de dividendos.

13.3 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Outras dívidas a pagar - não correntes		
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	462 512	600 512
	462 512	600 512
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	54 644	57 006
Outros juros a liquidar	-	6 445
Fornecimentos e serviços por faturar	4 193	164 572
Diversos	374 932	138 930
Outros credores		
Associação de Municípios do Carvoeiro	148 198	162 868
Outros	676 631	-
	1 258 598	529 321

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Associação de Municípios do Carvoeiro' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

13.4 CAPITAL SUBSCRITO

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

O capital social emitido é composto por 650.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

	2021	2020
Capital social nominal emitido	3 250 000	3 250 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	3 250 000	3 250 000
	3 250 000	3 250 000

13.5 COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2021:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50465	BPI	3.127	Cartões Galp Frota	Petrogal	Combustíveis
N00405569	Novo Banco	2.992.787	Contrato concessão	Associação de Municípios do Carvoeiro	Caução de Contrato de Concessão

13.6 FINANCIAMENTOS

Os financiamentos não correntes e correntes discriminam-se como se segue:

	2021	2020
Não correntes		
Empréstimos bancários		
Novo Banco	-	4 250 000
	-	4 250 000
Correntes		
Empréstimos bancários		
Novo Banco	-	1 731 307
	-	1 731 307

No decorrer de 2014 foi contratualizado com o Novo Banco um empréstimo de financiamento de 12.000.000 euros, subjacente à adenda ao Contrato de Concessão. O valor que se encontrava em dívida no final do ano de 2020 foi liquidado no final do ano de 2021.

13.7 RISCOS RELATIVOS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa utiliza ainda um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria. No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas procedimentos e controlos estabelecido pela Empresa;
- Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios de avaliação interna.

14. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2021	2020
Remunerações dos Órgãos Sociais	96 058	96 051
Remunerações do Pessoal	256 436	249 749
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	78 248	76 791
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	5 050	5 736
Gastos de ação social	9 145	7 990
Outros gastos com o Pessoal	2 107	1 539
	447 044	**437 857**

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2021 foi de 14 (2020: 15 pessoas)

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

15.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções Imposto sobre Rendimento	3 704	1 191
IVA	67 591	28 814
	71 295	30 005
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	-	780 151
Retenções Imposto sobre Rendimento	4 260	4 361
Contribuição para a Segurança Social	7 876	8 188
	12 136	792 700

15.2 RESERVAS E RESULTADOS

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2020	627 642	- -	1 921 453	2 549 095
Constituição da Reserva legal	22 358	-	(22 358)	-
Dividendos	-	(1 899 095)	-	(1 899 095)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	1 899 095	(1 899 095)	-
Resultado do ano	-	-	2 420 697	2 420 697
Saldo em 31 de dezembro de 2020	650 000		2 420 697	3 070 697
Saldo em 1 de janeiro de 2021	650 000	-	2 420 697	3 070 697
Constituição da Reserva legal		-		-
Dividendos	-	(2 420 697)	-	(2 420 697)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	2 420 697	(2 420 697)	-
Resultado do ano	-	-	2 307 413	2 307 413
Saldo em 31 de dezembro de 2021	650 000		2 307 413	2 957 413

Aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral a 30 de junho de 2021, o resultado líquido do exercício de 2020, no valor de 2.420.697 Euros foi transferido para distribuição de dividendos.

15.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Subcontratos	182 837	84 473
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	400 999	408 714
Publicidade e propaganda		1 167
Vigilância e segurança	2 988	2 365
Honorários	2 629	2 180
Conservação e reparação	3 837	48 624
Despesas Bancárias	32 270	22 537
Outros	1 894	1 900
Materiais		
Ferramentas e utensílios	1 530	2 121
Material de escritório	637	1 145
Artigos para oferta		385
Energia e Fluídos		
Eletricidade	1 148 273	1 012 511
Combustíveis	46 504	23 387
Outros Fluidos	142 388	125 653
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	7 552	8 353
Transportes de Mercadorias	118	139
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	54 779	56 417
Comunicação	7 529	8 080
Seguros	18 084	18 047
Contencioso e notariado	429	105
Despesas de representação	159	147
Limpeza, higiene e conforto	8 322	6 510
Outros	6 945	6 869
	2 070 703	1 841 831

15.4 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica "Outros Rendimentos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Rendimentos Suplementares		
Excesso da estimativa para Impostos	1 814	1 972
Outros não especificados	64 345	4 039
	66 159	6 010

15.5 OUTROS GASTOS

A rubrica "Outros Gastos" decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Impostos	114 993	89 201
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Outros Não Especificados	1 305	900
	116 298	90 101

15.6 GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÃO

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 8)	25 152	15 425
Ativos Intangíveis (Nota 7)	1 110 289	1 105 758
	(1 135 441)	**(1 121 183)**

15.7 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	1 908	9 134
De Financiamentos concedidos a Associadas e Empre. Conjuntos (Nota 6)	11 778	167
Outros Rendimentos Similares	13 168	25 423
	26 853	**34 723**

15.8 JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2021	2020
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	158 313	205 622
Mora e Compensatórios	65	1
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	220 268	35 683
Comissões Garantias	26 188	-
Outros		
Renda de concedente	2 605	9 903
Ajustamento temporal da provisão	22 493	7 737
	429 932	**258 947**

15.9 DIFERIMENTOS

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Encargos		
Bancários	-	50 091
	-	**50 091**

16. ASPETOS AMBIENTAIS

Em 2021 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.
Em 2021 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de caráter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão, a 30 de março de 2022, pelo Conselho de Administração.
A 24 de fevereiro de 2022 eclodiu um conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o que trará inevitavelmente impactos significativos na economia portuguesa e europeia, nomeadamente no aumento dos preços da energia e gás, e por consequência, de diversos outros produtos e serviços.
É entendimento do Conselho de Administração que não serão expectáveis impactos relevantes na situação patrimonial e nos cash flows operacionais da Empresa e que o pressuposto da continuidade das operações, utilizado na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se mantém apropriado.

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º e 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do
Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

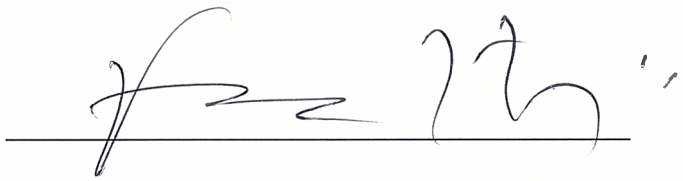
Em obediência ao disposto no n. º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

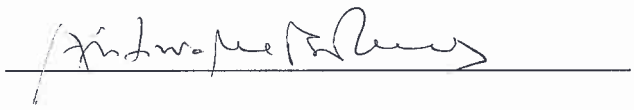
a) Em obediência ao disposto no n. º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2021, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

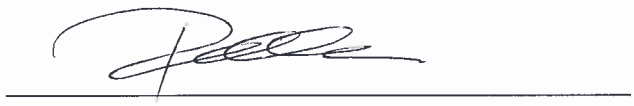
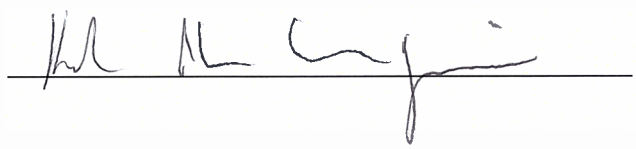
b) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º do CSC;

c) Informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021 da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2022, nos prazos legais.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO







Contabilista certificado